

## Governo cobra dos aposentados por erros na política econômica



A Reforma da Previdência Social proposta pelo governo apóia-se em argumentos falaciosos que mascaram a intenção de continuar usando os recursos que deveriam sustentar o atual sistema de aposentadorias para pagar serviços da dívida. Esta é a principal conclusão do debate organizado pelo Unafisco Nacional e pelo Corecon/DF, em Brasília, com diversos estudiosos do tema. **Págs. 4 e 5**

**UNAFISCO/RJ** marcou presença nas manifestações contra a invasão do Iraque. Infelizmente, no dia 19 de março os EUA deram início a mais uma escalada de violência entre as nações, apesar de todas as tentativas de se evitar o conflito pela via diplomática e do repúdio da opinião pública mundial.



# Previdência: retórica e realidade

**R**ecentemente, o AFRF Alberto Amadei publicou artigo no jornal O Povo, do Ceará, contendo dados obtidos junto ao Congresso Nacional que jogam por terra a retórica do déficit da Previdência Social e com ela a urgência de reformas no sistema previdenciário no país. Pelas contas do Legislativo, se adotado o conceito de Seguridade Social consagrado na Constituição de 1988 — que prevê a unificação de todas as despesas e receitas com saúde, assistência social e previdência — somente no ano passado este sistema teria um superávit de R\$ 48 bilhões. O cálculo é revelador de que as contas de chegada para fazer crer ao povo brasileiro que as contas da previdência pressionam o Tesouro Nacional contêm inconsistências graves e se prestam a uma mistificação. Na verdade, é o Tesouro Nacional que vem desviando recursos da seguridade para outras finalidades, basicamente para pagar o serviço das dívidas interna e externa. Contribuições como CPMF, Cofins e CSSL, que deveriam entrar no caixa da seguridade, estão indo parar no bolso dos credores do país a taxas de juros que envergonhariam o mais frio dos agiotas.

Aposentados, principalmente do serviço público, foram alçados à condição de problema nacional, recebendo toda a culpa por decisões de governo sobre as quais não têm a menor responsabilidade. A estratégia perversa serve de biombo para mais uma investida do *mercado* na economia brasileira. Depois de abocanhar com vantagens incomparáveis setores como telefonia, energia e outros através da privatização, a banca está de olho no filão de previdência privada para cerca de 900.000 servidores públicos que ganham acima do teto proposto pelo governo para a previdência pública. Nós conhecemos o caminho: no início a previdência complementar pública será vantajosa para os servidores e, aos poucos, começa a perder escala, ter problemas aqui e ali. Aí, então, surgem os planos de bancos e fundos de pensão, oferecendo recompensas e posando ainda como salvadores da pátria privada. Este é o cenário otimista, porque caso o PL-9 venha a ser aprovado nos moldes atuais a transferência da carteira para estas instituições já estará garantida. Em lei.

Na prática, o atual governo repete o modelo de desresponsabilização da União — como já acontece em larga medida com saúde e educação — típico do neoliberalismo. Por isso, as propostas atuais têm sido chamadas pelos seus opositores de contra-reformas, porque retiram dos cidadãos os direitos obtidos com as reformas implementadas pela constituição-cidadã. Em breve, chegará a hora de repetir as grandes manifestações que começaram com as Diretas Já, em 1984, e resultaram na Carta Magna de 1988. Mas, quem estará no palanque?

## Unafisco participa ativamente da CNESF

A Delegacia Sindical do Unafisco/RJ tem participado ativamente das reuniões da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNESF), em Brasília, e das reuniões da coordenação estadual. A DS/RJ tem sido representada pela Diretora de Aposentados, Ana Mary Carneiro, e pelo AFRF Luiz Carlos Alves.

Além de tratar da campanha pelo reajuste salarial, lançada em fevereiro, a CNESF tem se dedicado a organizar a mobilização pelo arquivamento do PL-9, que cria a previdência complementar para os servidores públicos. A CNESF encaminhou ao Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, um documento com o posicionamento dos servidores públicos sobre o assunto (disponível na página da DS/RJ na Internet) e reuniu-se com ele alguns dias depois. Berzoini não assumiu qualquer compromisso com a retirada do PL-9 e, dias depois, publicou artigo na Folha de São Paulo, dizendo que, se o PL-9 não era a solução para todos os problemas, também não era o terror apregoado pelas entidades. Nas ruas, a principal atividade organizada pela CNESF foi o Dia Nacional de Luta contra o PL-9, com passeatas e protestos em todo o Brasil. Aqui no Rio, foi realizada uma grande marcha no centro da cidade. A DS/RJ participou da organização e mobilizou os AFRF para marcharem em defesa da Previdência Pública.

No fechamento desta edição, o governo anunciava a retirada do PL-9 da pauta, mas o seu conteúdo deve retornar quando a reforma completa entrar em discussão. Por isso, toda atenção é necessária.

A DS/RJ também participou do lançamento do Fórum Fluminense em defesa da Previdência Social. Veja mais sobre o Fórum na página 7.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** — Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 — salas 401/405 — Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** [jornalismo@unafisco-rj.org.br](mailto:jornalismo@unafisco-rj.org.br) **Site:** [www.unafisco-rj.org.br](http://www.unafisco-rj.org.br) Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

# Não basta ser honesto, tem que ser ético

A ética deve ser um valor inalienável da sociedade, mas vem sendo corrompida pela ganância deflagrada pela cultura capitalista. Esta é a síntese das exposições feitas pelos convidados do Unafisco Sindical para debater a ética no serviço público. No dia 27 de fevereiro, no auditório do Ministério da Fazenda, reuniram-se para falar sobre o assunto o Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, o Procurador da República, Luiz Francisco de Souza, o Secretário-Executivo da Comissão de Ética da Presidência da República, Mauro Bogéa, Paulo Gil H. Introíni e Tadeu Matosinho, respectivamente presidente e diretor jurídico do Unafisco Sindical.

Como anfitriões, Alexandre Teixeira, presidente da Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro (DS/RJ), e Paulo Aviz, Superintendente da 7ª Região Fiscal da Receita Federal, abriram o seminário e deram as boas vindas aos cerca de 300 convidados que compareceram ao evento. O presidente da DS/RJ lembrou que, embora todas as organizações, públicas ou privadas, sofram com os problemas de desvios éticos, quando se trata do Fisco há uma tendência a generalizações. Portanto, segundo ele, é necessário que a categoria e o sindicato cobrem das autoridades uma investigação séria e exemplar, demonstrando que os desvios são uma exceção e serão combatidos com rigor. “Entretanto, é preciso que a Corregedoria Geral da Receita Federal (COGER), uma aspiração e bandeira de luta da categoria, respeite os direitos dos envolvidos, pautando-se pela legalidade. Nós, do Unafisco, também reivindicamos que a Corregedoria tenha independência suficiente para apurar todos os ilícitos, de alto a baixo do órgão” — afirmou Alexandre. Por fim, o presidente da DS/RJ pleiteou que se baixe uma portaria, citando o exemplo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), impedindo a promiscuidade entre a administração pública e empresas privadas, quando, por exemplo, servidores da SRF, muitas vezes da alta cúpula, defendem interesses de empresas fiscalizadas.

Dentre os palestrantes, o primeiro a falar foi Tadeu Matosinho. Ele lembrou que Romeu Tuma, à época chefe do então Departamento da Receita Federal, declarou ao receber a proposta de criação da COGER ser “a primeira vez que via uma pauta como esta surgir do movimento sindical”. Matosinho também criticou expedientes para tirar prerrogativas dos Auditores-Fiscais, como o Mandato de Procedimento Fiscal, porque “a corrupção é mais fácil quanto maior o escalão e mais concentrado é o poder”.

Mauro Bogéa falou sobre as dificuldades em se caracterizar o que é falta de ética, lembrando que é difícil estabelecer padrões, e ressal-



**LUIZ FRANCISCO:**  
discurso  
veemente contra  
a corrupção

tou as consequências nefastas de sua disseminação. Mauro fez questão de frisar que ética requer mais que bom senso e boa formação e que empresas privadas estão criando estruturas de gestão da ética para administrar o problema.

“Na área tributária, de 95 para cá, foram gastos US\$ 3 bilhões para controlar desvios éticos e nem assim o sistema tornou-se confiável” — diz ele, que defende medidas compensatórias para os que cumprem um padrão ético e um sistema de consequências para os que não o seguirem. No entanto, ele acredita que ainda não há regras claras e quem zele por elas. Mais tarde, durante o debate, Bogéa citou um dado curioso: até a Convenção da OCDE, que tratou do assunto há poucos anos, países como a Alemanha autorizavam a dedução no Imposto de Renda de propinas pagas no exterior. Se a moda pega...

O Procurador da República Luiz Francisco de Souza usou toda a sua veemência para transmitir seu sentimento em relação aos corruptos com frases contundentes, como “combater a corrupção é combater os corruptores, que são os grandes capitalistas monopolistas e latifundiários” e “o Estado tem que ser um

foco revolucionário em defesa dos miseráveis” porque “não há ética sem buscar o interesse comum, libertar os escravos, os oprimidos, os miseráveis”.

Referindo-se à fiscalização, Luiz Francisco defendeu a ampliação dos poderes de fiscalização dos Auditores-Fiscais da Receita Federal como forma de combate à corrupção e endossou as teses do Unafisco contrárias ao formato atual do Conselho de Contribuintes e do MPF, este último que, para ele, “é coisa do Bornhausen”.

O Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, aproveitou a onda de calor e disparou de início: “Devemos buscar a ética que não seja apenas nos aspectos comportamentais, a concentração de riqueza é falta de ética enquanto o mundo contemporâneo afunda na miséria”. Waldir Pires insistiu numa visão de ética pela vida — superando a contradição entre ética e corrupção —, “na busca da democracia com o pressuposto de razoável justiça”.

Após as explicações, ficou claro que ética, mais do que não fazer nada errado, é ter uma postura pró-ativa na solução dos problemas que estão ao nosso alcance.

## Diretores do Unafisco abrem sigilo bancário e fiscal

Logo após as explicações, o presidente do Unafisco Nacional, Paulo Gil H. Introíni, entregou ao Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, a autorização de abertura do sigilo bancário e fiscal dos diretores da DEN e dos membros da mesa diretora do Conselho de Delegados Sindicais do Unafisco (CDS). Além do simbolismo — a categoria não pode ser confundida com uma fração de seus quadros —, o Unafisco defende que a abertura torne-se uma norma para autoridades públicas e vem defendendo também normas para coibir os

“anfíbios” — Auditores que se licenciam da Receita Federal para atuar contra o próprio fisco e retornam posteriormente. O Unafisco defende a proibição de AFRF, mesmo licenciado, trabalhar para empresas sob fiscalização da SRF. A ideia ganhou força depois que a Construtora OAS teve reduzida de R\$ 1 bilhão para R\$ 25 milhões o valor de uma multa após o auxílio valioso de dois anfíbios. Um deles, ao voltar, foi ocupar cargo de assessoria do então Secretário Everson Maciel e ainda hoje é lotado no gabinete do atual SRF, Jorge Rachid.

# Governo começa mudanças: Berz

Os primeiros meses do governo Lula surpreenderam a todos. Para o mercado as surpresas são boas. A política econômica foi preservada, o superávit primário foi elevado, os juros aumentaram e a autonomia do Banco Central foi estabelecida como uma das prioridades na agenda petista para os próximos meses. Já para a população, as surpresas não são bem-vindas. Eleito pelo viés da mudança, Lula montou uma equipe de trabalho que se esforça para contradizer as razões pelas quais foram ungidos das urnas. No plano mais geral, Aloísio Mercadante deu recentemente declarações admitindo que a oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso errou ao não apoiar as propostas de reforma enviadas ao Congresso pelo então presidente. Mas é no caso da Previdência Social que fica mais evidente que ou o Brasil enredou-se em compromissos externos que impossibilitam a mínima alteração da rota ou o novo governo capitulou prematuramente diante da perspectiva de encarar as forças do mercado.

No dia 12 de março, em Brasília, o Unafisco Nacional e o Conselho Regional dos Economistas/DF realizaram o Seminário “Reforma da Previdência Social”. Na mesa estiveram alguns dos maiores estudiosos da questão previdenciária, no Brasil e no mundo: o deputado federal Sergio Miranda (PCdoB/MG), o economista Dércio Garcia Munhoz e o economista e atuário Ivo Loyola. Junto com eles estiveram Roberto Piscitelli, presidente do Corecon/DF, e o presidente do Unafisco Nacional, Paulo Gil H. Introíni.

A partir da explanação de cada um, salta aos olhos a razão maior da desconfiança sobre as intenções e as consequências do modelo de Previdência Social defendido pelo Ministro Berzoini — que foi convidado, mas não pôde comparecer nem mandou representante. De maneira didática, os expositores desmontaram a tese sobre o déficit gigantesco anunciado pelo governo, passado e presente, como a maior causa do desequilíbrio das contas públicas no país. O discurso é conhecido: para baixar os juros e fazer a economia crescer temos que combater o déficit da previdência, que pressiona as contas do governo, exigindo novos e caros empréstimos, o que coloca o país em situação vulnerável, pagando alto pela instabilidade econômica.

Segundo o deputado federal Sergio Miranda, aliado do governo, os estudos apresentados pelo Ministro Berzoini na Internet con-



**PÚBLICO** lotou auditório para debater previdência

têm “manipulações escandalosas”, como comparar planilhas diferentes para comparar a déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP): na primeira, com déficit levemente crescente, a apresentação é de percentuais em relação ao PIB, mas quando apresenta os números do RPSP o faz em valores nominais, o que dá a impressão de aumentos de despesas astronômicos. O deputado diz ainda que não se pode juntar num bolo só todos os regimes próprios da União, dos estados e dos municípios porque as regras são diferentes em cada um deles. “Estão comparando coisas diferentes, estão misturando despesa com déficit, misturando civis com militares, não se pode fazer isso” — afirmou. Com experiência de dez anos na Comissão de Orçamento do Congresso, Sergio Miranda referiu-se também às previsões de déficit publicadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lá, com base em dados de 2002, a situação é diferente. Em 2003, a projeção do déficit do Regime Geral é de 1,38% do PIB. Para 2037, a previsão é de 2,37% do PIB. Já para o Regime Próprio dos Servidores (União), a previsão de déficit em 2003 é de 0,99% do PIB. Mas em 2037, o déficit será de 0,33% do PIB. Um terço! O déficit é decrescente porque os custos da universalização — incorporação de celetistas, aposentadoria rural e outros — imposta pela Constituição de 1988 não se repetirão. Para completar, o deputado lembra que a reforma anunciada

eleva os custos com a previdência nos próximos anos, o que se constitui num paradoxo, visto que a razão alegada é o sufoco das contas públicas, inclusive com ameaça de faltar dinheiro para pagar os aposentados daqui a algum tempo. Quem explica?

Sobre estes custos, Dércio Garcia Munhoz diz que eles podem chegar até a R\$ 18 bilhões por ano, entre queda na arrecadação e a contribuição patronal do governo para a previdência complementar e outras despesas. Dércio chega a dizer que o problema da previdência é o de ter recursos demais e não de menos. Segundo ele, a arrecadação previdenciária nas áreas urbanas até a década de 90 era tão alta que sobrava dinheiro para pagar as aposentadorias rurais — estes não contribuíram porque a aposentadoria rural foi instituída somente em 88. Antes de 90, o pagamento das aposentadorias era dispêndio, saía do bolo dos tributos cobrados da população, entre eles as contribuições previdenciárias. A partir de 90, os servidores passaram a contribuir para o regime próprio. “Aí, eles dizem que as contribuições dos servidores ativos não cobrem o que se paga aos inativos” — diz Munhoz. O governo decidiu não colocar mais dinheiro das contribuições sociais no sistema e chama isso de déficit. Dércio diz que a arrecadação nas áreas urbanas começou a cair a partir da década de 90 por causa da política econômica, recessão, desemprego etc. Então a previdência começou a precisar de volta do dinheiro

# Berzoini mudou, Mercadante mudou

## PAULO GIL

e Sergio Miranda  
(esq.), que desancou  
os números  
exibidos pelo  
Ministro Berzoini  
para defender  
reforma



**IVO LOYOLA:** governo quer compensar os bancos através de aplicações compulsórias para poder baixar os juros



**DÉRCIO MUNHOZ** disse que reforma aumentará gastos da previdência em R\$ 18 bi nos próximos anos

vem não do volume de crédito na praça, mas do spread. Qual é a saída? Induz a sociedade a aplicações compulsórias, tais como fundos de pensão, previdência complementar etc. Para completar, Ivo Loyola diz que está no site do Banco Mundial, para quem quiser ver: quatro *papers* dedicados ao Brasil recomendam não investir nos mais velhos, porque não produzem. “Se há concorrência de recursos, investida nos mais novos. É a tese do capital humano.” — cita Loyola.

Depois de tantas evidências de que há algo errado na democracia brasileira — parece que no reino da Dinamarca a previdência vai bastante bem — o presidente do Corecon/DF, o AFRF Roberto Piscitelli, estava visivelmente emocionado. Em dado momento, lamentou a ausência do Ministro Berzoini, “pois gostaria de lhe dizer as coisas olho no olho”. Piscitelli lembrou da mobilização dos aposentados, citando o recente Encontro dos Aposentados do Unafisco em Bento Gonçalves, em busca da garantia dos seus direitos, muitas vezes com muito sacrifício até para se deslocar. Ele lembrou também que no Brasil os servidores públicos são apenas 0,3% da população brasileira, um número bem inferior ao de outros países onde os servidores são mais valorizados. Piscitelli convocou a todos para estar na resistência às reformas. Disse também que não perderá a esperança, que ninguém deve perder a esperança porque ainda há possibilidade de impedir que este revés se concretize.

Após o debate, o presidente do Unafisco Nacional, Paulo Gil H. Introíni, fez o encerramento exortando os presentes a fazer a disputa das idéias dentro do novo governo. Aproveitando uma citação usada pelo Piscitelli, “o homem contamina o poder”, Paulo Gil lembrou que a disputa pelo poder é uma relação entre os homens e que pela vida inteira necessária. E para encerrar, localizou com clareza a raiz dos problemas: “os privilegiados não os servidores ou os aposentados, privilegiados são aqueles que estão no topo da pirâmide social e não contribuem para financiar o Estado brasileiro”.

O que se espera é que, ao invés de lançar campanhas de mídia para obter aprovação para as reformas que pretende, o governo aborde de forma transparente estas contradições apresentadas por intelectuais sérios que são eles mesmos interlocutores dos principais dirigentes envolvidos nas propostas. Nós queremos mudanças. Mas não estas.

que era dela e que nunca foi repassado. Isso agora é contabilizado como déficit no Regime Geral. Em resumo, o governo continua precisando retirar dinheiro da previdência para pagar encargos financeiros, solapa as fontes de recursos que a Constituição criou para a previdência e a acusa de ser deficitária. Entre outros pequenos artificios, o economista desmascara a construção de um déficit virtual que justifica o que se pretende. “Primeiro você define os resultados que você quer obter, depois contorce as contas para chegar lá” — definiu Dércio.

A exposição do economista e atuário Ivo Loyola foi recheada de números e observações técnicas difíceis de resumir. A Direção Nacional do Unafisco disponibilizará a íntegra das exposições para que todos possam conferir. Ivo Loyola tem acompanhado as reformas de previdência no mundo inteiro, desde América Latina até os países do Leste Europeu. Durante a fase de debates, Ivo trouxe algumas informações de arrepiar os cabelos. Ele diz que

o que leva muitas pessoas a acreditar que tudo isso vai ser muito bom é a profusão imaginada de fundos de pensão, investindo bilhões, criando poupança interna e gerando empregos. “Aham que todos serão uma PREVI”, resume sem nenhuma cerimônia. Desde 1999, nenhum novo fundo de pensão foi criado no Brasil. Ivo revela que as regras para fundos de pensão das estatais e de sindicato de trabalhadores — se houvesse — são draconianas, bem diferentes dos fundos abertos privados. “Ninguém se arrisca”. Neste último caso, ele revela que os quatro principais administradores destas carteiras na América Latina, dentre eles Santander e Citybank, cobram lá fora entre 0,5% e 1,5% de carregamento. Aqui cobram entre 9% e 9,5%, mais a taxa de administração, que pode chegar a 4%, ou seja, para cada R\$ 1,00 que o incauto bota lá no dia seguinte tem R\$ 0,86. É atrás desta farra que o mercado está em busca. Tem mais, Ivo acredita que para baixar a taxa de juros os bancos exigirão uma compensação, porque sobrevi-

## ERRATA

### **ELEIÇÃO PARA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA DELEGACIA SINDICAL DO RIO DE JANEIRO BIÊNIO 2003/2005**

A Delegacia Sindical do Rio de Janeiro comunica que, considerando equivocadamente o § 1º do artigo 62 do Estatuto do Unafisco Sindical, fez publicar no jornal Agente Fiscal nº 11, de fevereiro de 2003, o prazo de até 31 de março de 2003 para o registro de chapas para a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A diretoria da DS/RJ, reunida em 07 de abril de 2003, determinou a publicação desta ERRATA. Com base no artigo 30 do Regimento Interno da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro,

**o prazo correto de encerramento para o registro de chapas para as eleições de DIRETORIA EXECUTIVA e CONSELHO FISCAL da DS/RJ é**

**18 HORAS DO DIA 30 DE ABRIL DE 2003**

Maiores esclarecimentos na sede da entidade, situada na Rua Debret, 23- salas 401/405, no horário de 9 às 18h

  
Aélcio dos Santos Filho  
Secretário-Geral

## **PROGRAMA FAIXA LIVRE**

**Rádio Bandeirantes  
1360 AM**

De segunda a sexta,  
das 07:30 às 09:00h

Política, economia,  
notícias do dia e muito mais.

**Às segundas-feiras  
com a participação  
do Unafisco Sindical/RJ**

## **Fazendários do Amor desfilam em grande estilo**

O bloco carnavalesco *Fazendários do Amor*, que este ano completou 25 anos, teve cerca de 150 integrantes e muita animação. Na foto ao lado, Pedro Delarue, Ana Mary e Favilla na concentração.



# MP 71: Projetos de Lei já estão no Congresso Nacional

A mobilização decidida na Plenária Nacional dos AFRF — realizada em Brasília, no dia 13 de março, com a presença de 102 delegados e 25 observadores —, começou a dar resultados: o governo federal enviou para o Congresso Nacional, ainda em março, os dois projetos de lei que prometeu para reverter o rebaixamento salarial de boa parte da categoria provocado pela rejeição da MP 71. Um é o PLN 01/03, que altera a lei orçamentária e tramita no Congresso Nacional, ou seja, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. O outro é o PL 477/03, que resgata o artigo de MP 71 que tratava da transposição isonômica — com modificação, tornando clara a abrangência do concurso de 1998 — e que tramita primeiro na Câmara e depois no Senado.

Naquela ocasião, a Plenária Nacional, coordenada pelo presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, definiu a estratégia dos AFRF com base em dois cenários possíveis: caso o governo enviasse os projetos de lei para o Congresso, haveria caravanas a Brasília para agilizar a sua tramitação; caso contrário, seriam caravanas de mobilização e protestos, culminando com paralisações semanais a partir de 8 de abril.

## CARAVANA VEM CUMPRINDO SUA MISSÃO

Os últimos acontecimentos mostram

que a decisão da Plenária Nacional de aceitar o projeto de lei como a caminho para a solução deste problema vem se mostrando acertada. A lei orçamentária não pode ser modificada por Medida Provisória. Mesmo aprovada a MP, seus efeitos financeiros só seriam possíveis após a tramitação da mudança no orçamento. Ou seja, haveria desgaste sem proveito.

A proposta que o governo enviou para o Congresso Nacional restabelece a isonomia com os Auditores Fiscais do Trabalho e Auditores Fiscais da Previdência Social retroativamente ao mês de outubro/2002 e contempla os AFRF concursados até 1998. A solução para o fosso salarial criado para os concursados a partir de 2000 deverá ser buscada numa outra bandeira de luta: a discussão de um plano de carreira, que integra a pauta de reivindicações. Os AFRF presentes na Plenária consideraram que, no atual momento, não existiam as condições políticas para se alterar a proposta do governo e que reabrir a discussão, na prática, equivalia a começar tudo do zero, atrasando ainda mais a solução para os colegas que tiveram salário rebaixado.

Até o fechamento desta edição, as caravanas já obtiveram importantes resultados. Um dos principais objetivos era conseguir requerimentos de “urgência urgentíssima” com a assinatura dos lí-

deres partidários, que representassem a maioria absoluta de deputados, no caso do PL 477/03, e a maioria absoluta de deputados e senadores, no caso do PLN 01/03. Este intento foi alcançado. No dia 27 de março, foram protocolizados junto à Mesa da Câmara os requerimentos solicitando urgência para o projeto de lei da isonomia assinado pelos líderes de oito partidos políticos. O primeiro a subscrever foi o PDT. Também assinaram PFL, PPS, PTB, PL, PCdoB, PMDB e PSDB.

Além disso, em relação ao PL 477, o requerimento tinha que ser aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, o que também já ocorreu, no dia 02 de abril. Isso significa que os projetos serão votados diretamente nos respectivos plenários, sem tramitação em comissões, o que poderia empurrar a votação para o segundo semestre.

Outra dificuldade também está prestes a ser superada. O PLN 01/03 tem que ser votado em sessão do Congresso Nacional e, para isso, o seu presidente, o Senador José Sarney, tem que convocá-la. Depois de muitas tentativas, o senador recebeu os AFRF e se declarou empenhado em colocar o PLN 01 em pauta, embora não tenha fixado data. O Chefe da Casa Civil, José Dirceu, também pediu aos senadores agilidade na tramitação.

## Rio está mobilizado em defesa da Previdência

No dia 17 de março, no Plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, foi lançado o Fórum Fluminense em defesa da Previdência Social. O evento contou com a participação da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), do deputado estadual Paulo Ramos (PDT), do vereador Pedro Porfírio (PDT) e da Professora Laura Tavares, do Núcleo de Políticas Políticas da UERJ). Pelo Unafisco/RJ, compareceram o presidente, Alexandre Teixeira, o vice-presidente, Pedro Delarue, a diretora de assuntos jurídicos, Ana Mary Lino Carneiro, e o AFRF Lenilson Moraes.

O Fórum foi criado com o objetivo de mobilizar a sociedade fluminense em defesa da previdência pública e pressionar

pelo arquivamento do PL-9, projeto que abre as portas da previdência dos servidores para a iniciativa privada.

Alexandre Teixeira, falando em nome do Unafisco/RJ, lamentou que o atual governo esteja trabalhando com as mesmas propostas do governo anterior. “O povo brasileiro votou pela mudança e infelizmente o enfoque atual não tem diferença com relação aos argumentos e falácias do governo de FHC” — disse Alexandre. Para ele, é um equívoco tratar a previdência sob uma ótica meramente financeira. “Mesmo assim, o enfoque ainda é falacioso, porque os dados mostram que não há o déficit que eles tentam usar para justificar o modelo de reforma que defendem”

— afirmou. Alexandre questionou qual o tipo de proteção social que o Estado deve oferecer à sociedade num país com tantas desigualdades como o nosso e defendeu uma inversão das prioridades. “A questão é: quem financia o Estado? Será que são privilegiados os trabalhadores e servidores públicos ou são os bancos, que atualmente pagam 50% do que pagavam em 95, após diversas mudanças na legislação? Ou são as empresas, que têm isenção de impostos na distribuição de lucro? Antes da reforma da previdência, precisamos fazer a reforma tributária e redefinir estas responsabilidades. Caso contrário, vamos favorecer os mesmos de sempre” — concluiu Alexandre.

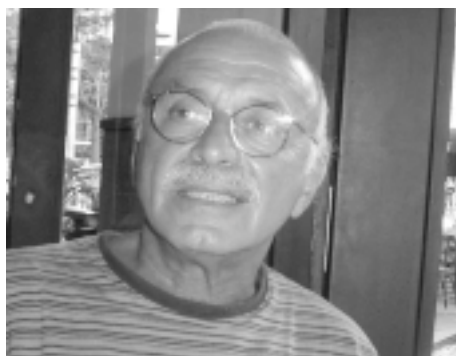
# “Trabalhar no Faixa Livre tem um lado existencial muito gratificante”

O Programa Faixa Livre completou, no final do ano passado, dez anos de existência. Com todas as dificuldades que enfrenta um programa de rádio sustentado sem verba publicitária — o programa é patrocinado por 15 entidades sindicais, entre elas o Unafisco/RJ —, o Faixa Livre é um marco de resistência e uma marca registrada de bom jornalismo. Agora o programa ganhou um grande reforço: o jornalista Milton Temer, 64 anos, oficial da marinha cassado e anistiado, jornalista desde 1965, ex-deputado estadual (90), ex-deputado federal por dois mandatos pelo PT do Rio de Janeiro (94/98), morador de Vila Isabel, como faz questão de dizer, e agora jornalista de novo. Ele junta-se ao economista e radialista Paulo Passarinho para fazer a âncora do programa de notícias que vai ao ar na Rádio Bandeirantes (AM/1360Kwz). Sônia Toledo, produtora do Faixa Livre desde o primeiro dia, exulta com a dupla formada que, para ela, faz o melhor programa do gênero no país. “Ninguém tem a qualidade e a independência que nós conquistamos neste dez anos” — afirma Sônia.

Durante mais de uma hora, o *Agente Fiscal* conversou com Milton Temer no Bar do Odeon, numa agradável tarde de sexta-feira, sobre os assuntos mais polêmicos do momento: juro, previdência, governo Lula. Aqui, publicamos as duas primeiras perguntas, ambas sobre esta experiência de retornar ao jornalismo depois de tantos anos na política. As demais estão em nosso site e não foram publicadas porque não haveria espaço suficiente. Crítico consciente, conhecedor profundo do partido que assumiu o governo, Milton tem muito a dizer sobre a conjuntura e o que nos espera nos próximos tempos. Um pouco aqui, mais na Internet e agora no Faixa Livre, de segunda a sexta, das 07:30 às 09:00h.

■ **Agente Fiscal:** Milton, como tem sido este início de trabalho no Faixa Livre depois de passar este bom tempo longe do radialismo e do jornalismo?

**Milton Temer:** Olha, pra mim tem sido um motivo de imensa alegria. Sabe o adolescente que ganha o diploma e tem o primeiro emprego? Isso de uma certa forma está acontecendo comigo, porque eu nunca fiz o tipo de jornalismo que eu estou fazendo agora. Eu tive muitos momentos de liberdade, muitos momentos de autonomia, mas nunca eles foram permanentes. E é uma coisa bizarra — isso talvez seja uma idéia do grau de desprestígio da instituição parlamentar —, mas a partir da saída desse mandato são dois caminhos interessantes que aconteceram: primeiro, eu fui convi-



dato para fazer um artigo semanal no JB — profissionalmente, aliás, é bom que se diga isso, não estou lá fazendo artigo para ocupar espaço de ninguém — e o Programa Faixa Livre. Para mim, o Faixa Livre guarda a imagem daquilo que eu considero o mais avançado em jornalismo: primeiro porque eu estou sentado com alguém que tem uma extrema competência, que eu já conhecia como economista, mas que eu acho um excelente radialista, que é o Paulo Passarinho. Mais que isso, há uma identidade ideológica total, uma identidade total de projeto de Brasil, uma identidade de visão de vida parecida, independentemente das diferenças de idade. Então tem um lado existencial muito gratificante. Quanto ao lado profissional, eu considero algo absolutamente genial. É um negócio que o jornalista gosta de ter: entrevistar as pessoas que você considera importantes para uma audiência que você sabe que é fundamental, porque é não é do senso comum, é uma audiência mobilizada, militante, informada, é uma audiência com posição política e com imenso senso crítico e cobrador. Então trabalhar no Faixa Livre está sendo um desafio e um prazer muito grande também. Estou transmitindo alguma experiência, mas estou aprendendo muito também, principalmente com aquilo que a gente observa de crítica, não só dos ouvintes. E pela primeira vez eu tenho patrocinadores do mesmo lado que eu num programa de rádio.

■ **Agente Fiscal:** O que os ouvintes devem esperar desta nova fase do programa, visto que os setores que sempre estiveram ao lado dos trabalhadores estão no governo agora? Como é que o programa vai trabalhar estas questões e o relacionamento com as idéias que sempre defendeu, agora que a oportunidade de colocá-las em prática está posta?

**Milton Temer:** Eu não tenho nenhuma inveja dos deputados de governo, principalmente deputados de governo na representação do Partido dos Trabalhadores, dos partidos de esquerda. Por que não tenho inveja? Porque,

fundamentalmente, nós temos uma geração que se formou na luta contra o capital, na luta contra a opressão, na luta pelos, assim digamos, princípios libertários de organização de sociedade. E de repente nós somos governo cheios de constrangimento. É um governo pelo qual eu tive um imenso entusiasmo na largada e que começo a ter preocupações. São parciais ainda, e eu espero que fiquem no limite das parciais. É um governo que tem excelentes quadros em áreas fundamentais, tais como Miguel Rosseto na reforma agrária e Dilma Rousseff nas minas e energia. Você vê gente como a equipe de primeiro escalão da Petrobrás, sem ter uma devida correspondência em base, num quadro muito difícil. A Petrobrás sofreu um verdadeiro desmantelamento institucional durante o governo Fernando Henrique Cardoso e é bom que a gente denuncie, uma privatização paulatina, quase imperceptível pela sociedade porque não está passando por leis, mas sim por alienação de ações e criação de subterfúgios empresariais pelos quais a Petrobrás entrou na lógica de ser uma empresa do mercado internacional sem compromisso com a realidade brasileira. E para reverter isso não é fácil. Nós temos gente como o Pinguelli dirigindo a Eletrobrás, temos o Lessa no BNDES fazendo uma política importante. Então, nós temos o enfrentamento de um lado e de outro temos uma acomodação muito preocupante, principalmente na área monetária. Eu já não ouço mais se falar em transição, não tem nem Plano B e já se diz que não tem o Plano A, ou seja, nós estamos objetivamente, como disse muito bem o Paulo Passarinho há alguns programas, com o Plano M, na sequência do Plano Malan, sem reversão nenhuma. Então eu tenho preocupação com isso. E qual é a minha vantagem de estar no jornal e num programa de rádio e não no mandato? É porque no mandato você acaba tendo fidelidades que te ferem até a consciência na defesa do governo. No programa, não. Nós somos uma consciência crítica do governo. Nós queremos que o governo dê certo. Nós queremos tensionar para que no governo prevaleça o lado da esperança sobre o lado do medo, mas isso não quer dizer que a gente seja bajulador ou linha de transmissão do que o governo quer que seja dito. Isso eu acho que está sendo feito com muito cuidado no noticiário da manhã que a gente faz. Há preocupação permanente de explicar em detalhe aquilo que a gente critica e de mostrar com clareza também que o que a gente está louvando é digno de ser louvado.

(a entrevista prossegue em [www.unafisco-rj.org.br](http://www.unafisco-rj.org.br))